



NECAT

Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

**TEXTO PARA DISCUSSÃO
001/2012**

Repensar o desenvolvimento: é preciso integrar as múltiplas dimensões do desenvolvimento.

Leandro dos Santos



Repensar o desenvolvimento: é preciso integrar as múltiplas dimensões do desenvolvimento

Leandro dos Santos¹

A recente Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO+20 vem tentar responder, em um espaço de articulação intergovernamental, do capital empresarial, do mundo científico e da sociedade civil, a certos imperativos de ordem social e ambiental cuja magnitude se reveste de um caráter civilizatório e das condições de vida na Terra.

Grosso modo, o objetivo maior é tentar encontrar e pactuar os caminhos para um desenvolvimento capaz de integrar as múltiplas dimensões de um processo que abarca além do tripé comumente evocado do social, econômico e ambiental, os aspectos culturais e políticos. Um desenvolvimento assim pensado se refere à ampliação das potencialidades humanas, sem corromper as bases desse processo e em co-evolução com as outras manifestações de vida na Terra.

Este breve ensaio visa justamente refletir minimamente sobre os contornos de um processo de desenvolvimento que só pode efetivamente colocar-se como sustentável no tempo se concebido de maneira integral no espaço de sua realização.

A problemática do desenvolvimento

Às evidências da perversidade social, oriundas da organização e funcionamento desencadeadas pelo *estilo* de desenvolvimento modulado pelo complexo organizacional das “sociedades industriais” (DUPUY, 1980), se acrescentam os alarmes de uma aguda crise ambiental, cuja extensão e radicalidade de sua gravidade põem em risco a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta como o conhecemos (GATTARI, 1993).

O acúmulo das evidências quanto aos problemas de repercussão social e sobre o ambiente natural faz colocar em xeque os estilos de vida, de produção e desenvolvimento modulados pela racionalidade instrumental, provocando até mesmo um abalo no cerne do “projeto de modernidade ocidental” (GIDDENS, 1991).

Tais reconhecimentos das consequências adversas oriundas da lógica de intervenção do complexo técnico-industrial e capitalista no mundo, vem eclodir de

¹ Bacharel em Ciências Sociais – ênfase em desenvolvimento sustentável, e mestre em Sociologia Política.

maneira expressiva e sistemática no último quartel do século XX em um contexto de época denominada por uma linha da teoria social como “modernização reflexiva”, onde que em razão das “ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da racionalidade” (BECK, 1997, p.19). Designar que a sociedade torna-se reflexiva “significa dizer ela se torna um tema e um problema para ela mesma” (*idem,ib.*).

Contemporaneamente, aponta-se à emergência de uma “crise mundial do desenvolvimento”, onde o “problema do desenvolvimento depara-se diretamente com o problema cultural/civilizacional e o problema ecológico” (MORIN e KERN, 1995, p.75). Diante dos indícios cada vez mais nítidos de uma “contra-produtividade sistêmica” (DUPUY, 1980), torna-se manifesto a indicação de que há “alguma coisa errada com o *modelo básico de vida* do tipo humano criado na era moderna” (KOTHARI, 1990, p.30).

Um dos fortes traços condicionantes deste descompasso no *processo civilizatório* se apresenta na própria concepção desenvolvimentista do desenvolvimento, isto é, na visão de mundo à qual corresponde uma percepção unilateral do desenvolvimento, enquanto primordialmente assentado na busca pelo crescimento econômico. Tal entendimento, por sua vez, está associado a certo “paradigma de simplificação”, cujos princípios estariam assentados no tripé, cego e patológico, “de *disjunção*, de *redução* e de *abstração*” (MORIN, 2007, p. 11).

Assim, concomitante e intimamente relacionada ao estado crítico – ou pelo menos criticável – do estilo de desenvolvimento predatório reduzido ao viés economicista aponta-se para uma crise do pensamento – e é preciso não olvidar ainda, uma crise dos valores nesse compasso –, provocada por uma “falsa racionalidade”, isto é, entendido como uma “racionalização abstrata e unidimensional”, cega e mutiladora do mundo (MORIN e KERN, 1995, p.165). De modo que, a tarefa de uma reforma e reflexão sobre o desenvolvimento traz em seu bojo o desafio de uma restauração do pensamento, capaz de integrar os múltiplos aspectos ou dimensões da realidade do mundo.

E assim se apresenta a *necessidade de um pensamento complexo* que, reconhecendo a interdependência entre a heterogeneidade dos constituintes, aspira por isso ao “conhecimento multidimensional” (MORIN, 2007, p.6). Tal aspiração faz jus a

própria “realidade multidimensional” do mundo em que vivemos (MORIN, 2000, p.20), isto é, da existência de simultâneas e múltiplas dimensões.

Tão altas exigências fazem com que se afirme que “jamais na história da humanidade as responsabilidades do pensamento foram tão esmagadoras” (MORIN e KERN, 1995, p.170). No entanto, apesar de aspirar ao conhecimento multidimensional e, portanto, integral, sabe-se da incompletude e incerteza a qual está imersa a construção do conhecimento. Nesse sentido, o pensamento que almeja conceber a integração das múltiplas dimensões da realidade é “animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento” (MORIN, 2007, p.7).

Reconhecendo as múltiplas dimensões do desenvolvimento

Em contraposição a um tipo de “inteligência parcelar” que “quebra o complexo do mundo, produz fragmentos, fraciona os problemas, separa o que é ligado, unidimensionaliza o multidimensional” (MORIN, 2000, p.31), e que ampara intelectualmente uma concepção unilateral de desenvolvimento, entendida como sinônimo de crescimento econômico – cuja representação comum é dada pelo volume do PIB -, cujas evidências de esgotamento e desequilíbrios, tanto em termos sociais como ambientais e dos níveis locais à escala global, se avolumam, demonstrando a iniquidade desse processo, é que então a “noção de desenvolvimento deve tornar-se multidimensional” (MORIN e KERN, 1995, p.102).

A consideração sobre a dinâmica dos sistemas complexos e abertos faz emergir o desafio de implementar uma política de “ecosociodesenvolvimento” (BUNGE, 1989, p.295), ou seja, um programa de ação e planejamento capaz de reconhecer a dimensão integral do desenvolvimento, apto a fomentar um desenvolvimento que se aplique ao sistema social como um todo e com prudência e cuidados ambientais.

O desafio de conceber um estilo de desenvolvimento propício a integrar as dimensões sociais e ambientais fora inicialmente demarcado pelos parâmetros propostos pelo “paradigma do ecodesenvolvimento” (COLBY, 1989), difundido a partir de 1972, data da então Conferência de Estocolmo sobre o Homem e o Meio Ambiente, organizada no âmbito das Nações Unidas.

Tal paradigma de desenvolvimento reveste-se de um duplo caráter: é normativo, no sentido de um modelo assentado sobre princípios a serem seguidos, assim como apresenta um valor heurístico, isto é, auxiliando no entendimento das relações entre sociedade e natureza, o que leva assim a considerar o “*nexus* desenvolvimento-ambiente” (SACHS, 2007, p.98). Essa “sofisticada forma de simbiose” entre as sociedades humanas e a natureza ajuda a revelar o delineamento de um desenvolvimento harmônico, em que se estabelece uma “co-evolução integrada entre civilização e natureza” (COLBY, 1989, p.22).

Um pouco mais à frente no tempo, outra expressão de grande repercussão e de vigência estabelecida, veio marcar a definição de um desenvolvimento que contemple as múltiplas dimensões da sociedade humana com o meio ambiente natural. O conceito de “desenvolvimento sustentável”, que se consagrou a partir de 1987 por meio do relatório *Nosso Futuro Comum* (também conhecido como *Relatório Brundtland*) preparado pela Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nos termos do documento, o desenvolvimento sustentável é aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

Considerada no *sentido forte* do termo, o desenvolvimento sustentável implica em uma “verdadeira ética para os seres humanos no planeta Terra” (ENGEL, 1990) e, portanto, encarado como um ideal ético corresponde a uma guinada na direção da “sustentabilidade da vida na Terra” (KOTHARI, 1990). Nesse sentido, traz como critérios primários uma visão holista do desenvolvimento, isto é, que conceba o conjunto das dimensões envolvidas em um processo de desenvolvimento; a equidade social baseada na autonomia e autoconfiança (*self-reliance*) dos grupos e comunidades; ênfase na participação dos agentes sociais; e o acento na importância das condições locais e do valor da diversidade (*idem*).

Considerações finais

O reconhecimento da complexidade sistêmica, isto é, da interdependência entre as dimensões do processo de desenvolvimento, tais como o social, o cultural, o político, o econômico e o ambiental, constitui o caráter abarcado pela concepção de *desenvolvimento integral*. O reconhecimento dessa integralidade posto pelo caráter complexo da realidade do mundo deve se partir das considerações contemplativas ao

nível da experimentação própria da práxis, ou seja, faz-se necessário partir da concepção para a implantação mesma dos projetos de desenvolvimento.

Além das críticas e da constatação de crise sistêmica, na busca por outras vias de desenvolvimento e estilos de vida, propostas vêm sendo fomentadas e experimentadas em vários pontos do globo. Nesses esforços de implementação de uma lógica de desenvolvimento que abarque de forma integral a complexidade dos fenômenos no mundo, estratégias locais e territoriais tornam um *locus* propício à experimentação. Nessa direção é que o “desenvolvimento territorial sustentável” (VIEIRA, 2006) se apresenta como uma abordagem fecunda, capaz de ancorar em um contexto específico de atuação as exigências normativas arraigadas na concepção de um desenvolvimento sustentável.

Bibliografia

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BUNGE, Mario. Development and the environment. In: In: E.F. Byrne e J.C. Pitt (eds.). **Tecnological transformations: contextual and conceptual implications**. The Netherlands: Kluwer, 1989, pg.285-304.

COLBY, Michael E. **The evolution of paradigms of environmental management in development**. Washington: The World Bank, 1989.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

ENGEL, J. Ronald. Introduction: The ethics of sustainable development. In: ENGEL, J. R. e ENGEL J.G (Eds). **Ethics of development e environment**. Tucson: the University of Arizona Press, 1990, pg.1-23.

GATTARI, Félix. **As três ecologias**. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

KOTHARI, R. Environment, technology and ethics. In: ENGEL, J. R. e ENGEL J.G (Eds). **Ethics of development e environment**. Tucson: the University of Arizona Press, 1990, pg.27-36.

MORIN, Edgar e KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado da. **Para navegar no século XXI**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000.

SACHS, Ignacy. O jogo da harmonização. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, Paulo Freire. **Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo**. *Eisforia*, Florianópolis, v.4, nº especial, 2006.

NECAT

Núcleo de Estudos de Economia
Catarinense

Criado com o objetivo geral de buscar maior integração entre professores, estudantes e pesquisadores envolvidos com temas relativos ao desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina.

Coordenação Geral:

Lauro Mattei

Professor do Departamento de
Economia e Relações
Internacionais - CNM-UFSC.

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro Sócio- Econômico,
Departamento de Ciências Econômicas
e Relações Internacionais. Campus
Universitário. Trindade.
88040-900 - Florianópolis, SC. Brasil.

Website: <http://necat.ufsc.br>

Webmail: necat.ufsc@gmail.com

TEXTO PARA DISCUSSÃO

É uma publicação do NECAT com o objetivo de estimular os debates e discussões sobre temas relativos à socioeconomia catarinense.

Texto para discussão / Núcleo de
Estudos de Economia Catarinense:
Florianópolis, 2012.

História / Economia / Demografia /
Trabalho / Estado.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. As ideias e opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores.